



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11496/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. João Carlos Pereira dos Santos – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7032/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.1732/1733).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tabatinga. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea "a", item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. João Carlos Pereira dos Santos**, responsável pela Câmara Municipal de Tabatinga, no curso do exercício de 2015, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, nos termos do art. 10, II da Lei Federal nº 8429/92, c/c art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei Orgânica nº 2423/1996, pela competência estabelecida no art. 71, II da CF/88 c/c o art. 40, II da CE/89 e art. 1º, II da Lei Orgânica nº 2423/1996.
- 9.2. **Considerar em Alcance** o Sr. João Carlos Pereira dos Santos no valor de R\$ 123.905,35 (cento e vinte e três mil, novecentos e cinco reais e trinta e cinco centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal, ao órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder à execução deste título (art. 71, §3º da CRF/1988), encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

judicial para o Município de Tabatinga, tão logo transcorrido o prazo para interposição de eventuais recursos ou adotada decisão terminativa. O alcance está subdividido em glosas da seguinte forma:

9.2.1. No valor de R\$ 105.305,35 (cento e cinco mil, trezentos e cinco reais e trinta e cinco centavos) por não comprovação de gastos em favor da Administração do material de almoxarifado contabilizado, com fundamento no art. 304, I do R/TCE;

9.2.2. No valor de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seissentos reais), com fundamento no art. 304, I c/c art. 305 do R/TCE, em face do recebimento de parcelas de verbas de gabinete sem respaldo legal e da tentativa de comprovação de despesa com combustível mediante documento inidôneo;

9.3. Considerar em Alcançe o Sr. João Carlos Pereira dos Santos, conjuntamente com cada um dos demais vereadores, com fulcro no art. 22, §2º, "a" da Lei Orgânica nº 2423/1996, pelo valor a maior na proporção mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) percebido durante o 1.º semestre a título de verba de gabinete antes da promulgação da Lei municipal n. 719, de 23.06.15, considerada ilegal, e as demais despesas consideradas ilegais verificadas em cada gabinete, e com base nas tabelas constantes nos itens 15 e 18.1 do Relatório/Voto, no valor de 232.842,00 (duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias. Segue abaixo os responsáveis solidariamente e os respectivos valores:

Messias Figueiredo de Souza - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Albertino Barbosa Obando - R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais);

Aldenizia Souza Cordovil - R\$ 18.247,00 (dezoito mil, duzentos e quarenta e sete reais);

Marglem Riglison Silva - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Mendario Ribeiro Gaspar - R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seissentos reais);

Diogo Hidalgo Filho - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Mário Cruz Ferreira - R\$ 16.658,00 (dezesesseis mil, seissentos e cinquenta e oito reais);

Hiral Halar Hayssam - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Zilmar Antônio Pereira de Abreu - R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais);

Jackson Rodrigues Gomes - R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais);

Edvaldo Paulo da Silva - R\$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais);



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Marcos Guedes Parentes - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
Santos Mestâncio Alexandre - R\$ 16.121,00 (dezesesseis mil, cento e vinte e um reais);
Josias Martins Brito - R\$ 18.016,00 (dezoito mil e dezesseis reais).

- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. João Carlos Pereira dos Santos** no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ com fundamento no art. 54, II, da Lei Orgânica nº 2423/1996, c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002, em razão das impropriedades não sanadas, constante nos itens 14.2, 14.3, 14.4, 14.7 (2) c/c 18.3, 14.9, 14.10, 14.12, 14.13, 14.14, 14.15, 14.18, 14.19, 14.20, 14.21, 14.22, 14.23, 14.24, 15, 16.1, 17, e 18.1 do Relatório-Voto relatado. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder à execução deste título (art. 71, §3º da CRF/1988), encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à PGE/AM, tão logo transcorrido o prazo para interposição de eventuais recursos ou adotada decisão terminativa;
- 9.5. Dar ciência ao Sr. João Carlos Pereira dos Santos e aos Srs. Messias Figueiredo de Souza, Açbertino Barbosa Obando, Aldenizia Souza Cordovil, Marglem Riglison Silva, Mendário Ribeiro Gapar, Diogo Hidalgo, Zilmar Antônio Pereira de Abreu, Jackson Rodrigues Gomes, Edvaldo Paulo da Silva, Marcos Guedes Parentes, Santos Mestâncio Alexandre e Josias Martins Brito,** Vereadores da Câmara Municipal de Tabatinga, com cópia do Relatório/Voto, Acórdão, Relatório Conclusivo da DICAMI e Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a fim de que recolham os valores de multa e alcance, para o caso do ordenador de despesa, e alcance para os demais, ou, caso queiram, interponham o devido recurso;
- 9.6. Determinar à Câmara Municipal de Tabatinga,** destacando que o não atendimento às mesmas poderá resultar na aplicação de multa nos próximos exercícios:
- 9.6.1.** Que observe com rigor o envio de toda a documentação exigida na Resolução TCE n. 06/2009 em sede de prestação de contas anual;
- 9.6.2.** Que alimente de forma tempestiva e integral as informações requeridas pelo Tribunal no sistema eContas;
- 9.6.3.** Que providencie a regularização das graves impropriedades contábeis levantadas na restrição n.º 05 desta instrução, quais sejam:



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- a. Ausência de registros da depreciação acumulada no exercício;
 - b. Ausência de registros das reavaliações do ativo imobilizado;
 - c. Ausências de Notas explicativas das demonstrações contábeis;
 - d. Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais fora dos padrões estabelecidos no MCASP, notadamente quanto a ausência da coluna que indica os saldos do exercício anterior e supressão de diversas contas, isto é, as classes de contas apresentadas constituem informações demasiadamente sintéticas;
 - e. Ausência do Quadro do superávit/déficit financeiro (anexo ao Balanço Patrimonial) estabelecido pelo MCASP;
 - f. Ausência de Demonstração do Fluxo de Caixa e seus anexos: (1) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, (2) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, (3) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e do (4) Quadro de Juros e Encargos da Dívida, conforme MCASP-6ª edição; e,
 - g. Ausência de elaboração do cronograma para implantação do Novo Padrão da Contabilidade Pública, na forma do Anexo Único da Resolução TCE n. 03/2013;
- 9.6.4.** Que proceda à regularização do valor de R\$ 6.464,00 que consta no Anexo 17 – Demonstração de dívida flutuante devendo comprová-la perante a próxima comissão de inspeção;
- 9.6.5.** Que o setor responsável pela elaboração e acompanhamento do orçamento consigne em dotação própria as despesas pelo pagamento de encargos por atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias e ao setor ou responsável da contabilidade que envide todos os esforços para correta escrituração e evidenciação dos juros decorrentes destas operações tanto no sistema orçamentário quanto patrimonial, de modo que sejam facilmente identificáveis as parcelas que comporão as quantias dispendidas (juros + principal), alertando que em caso de não cumprimento deste comando poderão ser responsabilizados por sonegação de informação e obstrução ao exercício do controle externo;
- 9.6.6.** Que adote controles rigorosos dos bens de almoxarifado, em obediência à Lei n. 4320/64;



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.6.7. Que proceda ao levantamento de todos os bens móveis e imóveis de propriedade da Câmara de Tabatinga elaborando controles administrativos eficientes e adequadamente refletidos na contabilidade do órgão. Também, promova ao registro da depreciação acumulada de todo ativo imobilizado guardando estrita observância às normas contábeis que tratam de depreciação e avaliação do ativo imobilizado;

9.6.8. Que se abstenha de lançar cheques emitidos e sacados na conta caixa passando a registrá-los na conta banco c/ movimento e realizando periodicamente as conciliações bancárias;

9.6.9. Que se abstenha de manter dinheiro em tesouraria recomendando que mantenha suas disponibilidades depositadas em conta bancária, preferencialmente, em aplicações financeiras de liquidez imediata para que possam render, pelo menos, acima da inflação, em homenagem ao princípio da eficiência;

9.6.10. Que comprove perante este Tribunal, por meio da Comissão de Inspeção 2017, a regularização das pendências previdenciárias com o RPPS demonstradas nesta instrução;

9.6.11. Que o corpo técnico da Câmara de Tabatinga envie todos os esforços para que os encargos moratórios por recolhimentos em atraso ao RPPS sejam corretamente classificados tanto no aspecto orçamentário quanto contábil, ainda que venha a ser celebrado termo de parcelamento de dívida, de modo que seja perfeitamente identificável qual gestor terá responsabilidade por qual montante a ser arcado nas despesas com encargos de mora, sob pena de culpa por sonegação de informação e obstrução ao exercício do controle externo;

9.6.12. Que tome as medidas necessárias de modo a reestabelecer os limites de gastos com pessoal previstos no art. 20, III da LRF (6% do RCL);

9.6.13. Que observe atentamente as formalidades exigidas pela Lei n. 8666/93 (Lei Geral das Licitações e Contratos) e pela Lei n. 10520/02 (Lei do Pregão), quando aplicável, na instrução dos seus processos licitatórios;

9.6.14. Que observe atentamente as formalidades exigidas pela Lei n. 4320/64, sobretudo no que tange a liquidação de despesas;

9.6.15. Que formalize os processos de concessão de férias de seus servidores de acordo com o que determina a Lei, sob pena de não serem



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

acatadas falhas futuras que venham ocorrer.

9.6.16. Que crie cargos comissionados para as funções de assessoria, nos termos da CF/88 e proceda ao término dos contratos de prestação de serviço de assessoria, caso ainda existam, bem como que evitem comprovar despesas por fornecimento de bens ou serviços da pessoa jurídica mediante somente recibo, devendo utilizar todas as vias formais de cumprimento de objeto;

9.6.17. Que informe a todos os vereadores de Tabatinga que prestem contas acerca da verba de gabinete, nos termos da Lei Municipal nº 624/2012;

9.6.18. Que tome medidas efetivas para implantação de Procuradoria e Contadoria Municipal, nos termos do Art. 131 e 132 da Constituição da República.

9.7. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.7.1. Remeta cópia do presente Acórdão à DICAMI (Comissão de Inspeção fiscalizadora do município no atual exercício) e ao Conselheiro Relator do município de Tabatinga no biênio 2016/2017, para que a tomem ciência das medidas que devem ser tomadas nesta Decisão;

9.7.2. Encaminhe, logo após a publicação deste Acórdão, tendo em vista os prazos prescricionais contidos no art. 25 da Lei nº 8429/1992, ao Ministério Público do Estado do Amazonas, cópia do presente Decisório, bem como do Processo TCE/AM nº 11496/2016, para que avalie a necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8429/1992;

9.7.3. Encaminhe cópia do Acórdão, Relatório Conclusivo nº 137/2016 e Parecer do MPC/AM, ao INSS e à Receita Federal, para que tomem as medidas que entender cabíveis quanto ao não recolhimento de encargos sociais e outras impropriedades relativas a sua competência, descritas nos documentos anexos.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017.



ACÓRDÃO Nº 440/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora Geral, em substituição